

ALVARÁ DE LICENÇA
PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS

N.º 31/2016/CCDRN

(Renovação com alteração do Alvará de Licença n.º 19/2008/CCDR-N)

OGR 120/2015 – P22/10, P23/10, P23-A/10, P587/10

Nos termos dos artigos 35.º e 36.º, do Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho que altera e republica o Decreto-lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, é emitido o presente Alvará de Licença à empresa **Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**, detentora do NIF 503 730 947, com sede, no Ed. da Câmara Municipal de Braga, Praça do Município, Apartado 1040, 4711-908 Braga, para as instalações **Ecocentro e Plataforma de Reciclados, Estação de Triagem, Centro de Receção de REEE e Plataforma de pneus**, para as operações de tratamento de resíduos do ponto I do artigo 23º da atual redação do Decreto-lei n.º 178/2006 de 5 de setembro.

Operações de gestão de resíduos:

- Armazenamento e triagem de resíduos em centros de receção que integrem sistemas de gestão de fluxos específicos (alínea d), do n.º I, do art.º 32º, do Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho) – CAE 38322 (Valorização de resíduos não metálicos), de acordo com o Anexo IV, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho;
- Valorização de resíduos não perigosos não efectuada pelo produtor dos resíduos, com excepção da valorização energética e da valorização orgânica (alínea g), do n.º I, do art.º 32º, do Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho) – CAE 38212, 38321 e 38322 (Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos, Valorização de resíduos metálicos e Valorização de resíduos não metálicos), de acordo com o Anexo IV, do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

O presente alvará de licença altera, anula e substitui o Alvará de Licença n.º 55/2010/CCDR-N, o Alvará de Licença n.º 65/2010/CCDR-N, o Alvará de Licença n.º 18/2011/CCDR-N e o Alvará de Licença n.º

(O presente Alvará de Licença só pode ser reproduzido no seu todo (14 páginas))

63/2012/CCDR-N e é válido de 14 de julho de 2015 até 14 de julho de 2020, ficando a realização das operações de resíduos sujeita ao cumprimento integral das especificações em anexo, as quais fazem parte integrante do presente alvará.

Porto, 23 de março de 2016

A Diretora de Serviços de Ambiente


(Paula Pinto)

Especificações anexas ao alvará n.º 31/2016/CCDR-N

I. Identificação da Instalação:

Rua do Aterro, 4830-166 Ferreiros PVL		
Freguesia: Ferreiros	Concelho: Póvoa de Lanhoso	
Telefone: 253639220	Fax: 253639229	
Endereço eletrónico:	braval@braval.com	
Georreferenciação	X = -15144,49	Y = 212429,29
Técnico Responsável	Pedro Jorge da Silva Ferreira Machado	
Aderente às Entidades Gestoras de Fluxos Específicos	Sociedade Ponto Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A. Amb3e – Associação de Gestão Portuguesa de Gestão de Resíduos de Equipamento Eléctricos e Electrónicos Valorpneu – Sociedade de Gestão de Pneus, Lda., Sogilub – Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda. Ecopilhas, Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda.	

2. Descrição da Atividade

- 2.1. Esta licença é válida para o tratamento de resíduos perigosos e não perigosos, destinados à operação de valorização de resíduos R12 – Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de RI a RII e à operação de valorização R13 – Armazenamento de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de RI a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos), conforme consta no Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho.
- 2.2. A instalação em causa integra a Estação de Triagem, o Ecocentro e Plataforma de Reciclados, a Plataforma de pneus e Centro de Receção de REEE, e encontra-se inserida no perímetro de intervenção do Aterro Sanitário, pelo que usufrue de todos os serviços de apoio à exploração desta infraestrutura. No respeitante à gestão dos resíduos, os mesmos são provenientes da recolha seletiva dos concelhos pertencentes ao Sistema Multimunicipal do Baixo-Cávado,

(O presente Alvará de Licença só pode ser reproduzido no seu todo (14 páginas))

nomeadamente os municípios de Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras do Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde, podendo ser também entregues diretamente por municípios, particulares e empresas. Após receção dos resíduos é efetuada a sua pesagem em báscula e posteriormente são conduzidos e descarregados por tipologia, nos locais destinados para o efeito, nomeadamente:

- Estação de Triagem – integra dois espaços cobertos: um onde se realiza a valorização dos resíduos de papel e cartão, plásticos e de embalagens, os quais são sujeitos a uma separação manual e mecânica (no caso dos resíduos metálicos) e posterior enfardamento ou acondicionamento em bigbags; um outro espaço destinado ao armazenamento dos resíduos já acondicionados em fardos, até serem encaminhados para valorização através das respetivas Entidades Gestoras ou empresas particulares;
- Ecocentro e Plataforma de Reciclados – integra dois espaços a descoberto, equipados com silos e com contentores, para armazenamento de distintos resíduos não perigosos. Os resíduos rececionados no Ecocentro poderão ser submetidos a uma triagem manual, antes do seu armazenamento e posterior encaminhamento para valorização;
- Plataforma de pneus – espaço integrado no Ecocentro, onde se encontram silos para armazenamento das distintas tipologias de pneus usados (ligeiros, pesados e industriais). Posteriormente serão encaminhados para valorização através da entidade gestora;
- Centro de Receção de Resíduos de Equipamento Elétrico e Eletrónico (REEE) – localiza-se em zona individualizada, localizada dentro de um pavilhão semifechado e com pavimento impermeabilizado. Os REEE após descarga serão sujeitos, sempre que necessário, a uma triagem manual de acordo com a sua tipologia. Igualmente são rececionados neste local, os resíduos de pilhas, acumuladores e lâmpadas, os quais poderão, igualmente, ser sujeitos a triagem manual. Posteriormente todos os resíduos são acondicionados, em paletes ou bigbags, e armazenados devidamente separados pelas distintas tipologias e perigosidade.

Todos os resíduos após tratamento, serão encaminhados para valorização, através das respetivas Entidades Gestoras ou empresas particulares. Registe-se que no respeitante aos resíduos de

óleos usados, resultantes da manutenção interna da empresa, bem como da entrega de produtores privados, serão colocados num oleão, disponibilizado gratuitamente pela entidade gestora, o qual se encontra localizado em local coberto, inserido no Centro de Receção de REEE. Quanto aos resíduos de construção e demolição (RCD) inertes, provenientes da recolha municipal ou de obras particulares, os mesmos serão utilizados para cobertura intercalar das camadas do aterro, bem como para a construção dos acessos ao mesmo.

2.3. Os principais equipamentos afectos à atividade são: um tapete transportador, um separador magnético, dois empilhadores, uma pá carregadora, duas prensas enfardadoras e uma báscula.

2.4. Esta licença somente é válida para os seguintes resíduos, classificados com os códigos LER (Lista Europeia de Resíduos)

Código LER	Tipo de resíduo	Código Operação	Quantidade máxima (ton/ano)
13 02 08 (*)	Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação (a)	R13	5
15 01 01	Embalagens de papel e cartão	R12	8000
15 01 02	Embalagens de plástico	R12	75
15 01 03	Embalagens de madeira	R12	50
15 01 04	Embalagens de metal	R12	220
15 01 05	Embalagens compósitas	R12	10
15 01 06	Misturas de embalagens	R12	3000
15 01 07	Embalagens de vidro	R13	7500
16 01 03	Pneus usados	R12	2500
16 01 19	Plástico - proveniente de empresas e oficinas de manutenção de veículos	R12	60
17 01 01	Betão	R13	500
17 01 02	Tijolos	R13	500
17 01 03	Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos	R13	500
17 01 07	Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidas em 17 01 06	R13	2250
17 02 01	Madeira	R12	60
17 02 02	Vidro	R13	50
17 02 03	Plástico	R12	60

17 03 02	Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01	R13	350
17 05 04	Solos e rochas não abrangidos em 17 05 03	R13	1200
20 01 01	Papel e cartão.	R12	2000
20 01 02	Vidro.	R13	100
20 01 21 (*)	Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio.	R12	15
20 01 23 (*)	Equipamento fora de uso contendo clorofluorcarbonetos.	R12	200
20 01 33 (*)	Pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores não triados contendo essas pilhas ou acumuladores	R12	50
20 01 34	Pilhas e acumuladores não abrangidos em 20 01 33.	R12	1
20 01 35 (*)	Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso não abrangido em 20 01 21 ou 20 01 23 contendo componentes perigosos (1).	R12	150
20 01 36	Equipamento eléctrico e electrónico fora de uso não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 35.	R12	150
20 01 38	Madeira não abrangida em 20 01 37.	R12	60
20 01 39	Plásticos.	R12	100
20 01 40	Metais.	R12	10
20 02 02	Terras e pedras	R13	1000
20 02 03	Outros resíduos não biodegradáveis	R12	100
20 03 07	Monstros.	R12	800

(a) gestão a realizar de acordo com o contrato estabelecido com a entidade gestora Sogilub e de acordo com as condições nº 3.7. a 3.18., deste Alvará.

(1) Os componentes perigosos de equipamento eléctrico e electrónico podem incluir acumuladores e pilhas abrangidas em 16 06 e assinalados como perigosos, interruptores de mercúrio, vidro de tubos de raios catódicos e outro vidro activado, etc.

nos termos da Decisão 2014/955/UE, que altera a Lista Europeia de Resíduos (LER), publicada pela Decisão 2000/532/CE, referida no art.º 7º, da Diretiva 2008/98/CE. A capacidade instantânea de armazenamento é de 16,6 toneladas para os resíduos perigosos e de 903 toneladas para os resíduos não perigosos, sendo que a quantidade máxima anual de resíduos a manusear é de 31626 toneladas, das quais 420 toneladas correspondem a resíduos perigosos. No respeitante à gestão dos resíduos supramencionados temos que 13955 toneladas são sujeitas à operação de valorização R13 e 17671 toneladas são destinadas à operação de valorização R12.

3. Condições específicas de gestão de resíduos

- 3.1. O titular desta licença compromete-se a realizar a operação de gestão de resíduos de embalagem, de acordo com os princípios e as normas aplicáveis definidos no Decreto-lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 92/2006, de 25 de maio.
- 3.2. Para a correta gestão de resíduos de construção e de demolição (RCD), o titular desta licença deverá cumprir com os requisitos explanados no Decreto-lei n.º 46/2008, de 12 de março, nomeadamente os requisitos mínimos constantes no Anexo I, do referido Decreto-lei na redação que lhe foi conferida pelo artigo 11º, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho.
- 3.3. O operador deverá dar cumprimento ao disposto no artigo 16º e seu anexo do Decreto-lei n.º 46/2008 de 12 de março, bem como os requisitos da Portaria n.º 417/2008 de 11 de junho, no respeitante às guias de acompanhamento dos RCD.
- 3.4. O local da instalação onde se realize o armazenamento dos Resíduos de Equipamento Elétrico e Eletrónico (REEE) deverá cumprir com os requisitos técnicos expressos no ponto I, do Anexo IV, do Decreto-lei n.º 67/2014, de 7 de maio.
- 3.5. Os resíduos de baterias e acumuladores recolhidos seletivamente devem ser acondicionados em local munido de sistema de retenção, em recipientes estanques, com uma composição que não reaja com os componentes dos referidos resíduos, e armazenados com o líquido no seu interior e na posição vertical, com aberturas fechadas e voltadas para cima.
- 3.6. Para uma correta gestão de pilhas e acumuladores o titular desta licença deverá cumprir com os requisitos explanados no Decreto-lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro.
- 3.7. O titular desta licença aderente da Sogilub – Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda., entidade gestora do Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados (SIGOU), encontra-se autorizado a colocar um oleão, disponibilizado gratuitamente pela entidade gestora, para colocação dos resíduos LER 13 02 08* - Outros óleos de motores, transmissões e

lubrificação, resultantes da manutenção interna da empresa, bem como da entrega de produtores privados.

3.8. No respeitante à gestão dos resíduos LER 13 02 08* - Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação, o titular desta licença deverá dar cumprimento às condições exaradas, em 17/03/2015, pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente, nomeadamente demonstrar anualmente em sede de orçamento e projeto tarifário, através da discriminação dos valores de custo e proveitos desta atividade, que a mesma não causa prejuízo para os utilizadores do sistema.

3.9. No respeitante à gestão dos resíduos LER 13 02 08* - Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação, o titular desta licença deverá, igualmente, dar cumprimento às condições estabelecidas pela Autoridade da Concorrência, em 09/11/2015 (documento S-AdC/2015/3677), nomeadamente:

1. *Adoptar medidas que impeçam práticas contratuais de discriminação, exclusividade ou de fidelização ou de aplicação de preços predatórios, que possam excluir concorrentes ou dificultar a sua entrada ou expansão no mercado em concorrência;*
2. *Criar condições para que, existindo uma alteração nas condições de custos e proveitos em que é prestado o serviço, se possa autonomizar a contabilidade analítica da concessionária associada à prestação desta atividade, de forma a permitir segregar os custos e proveitos da atividade concessionada da nova atividade, bem como a demonstração periódica da sustentabilidade económico-financeira desta atividade, impedindo-se práticas de subsidiação cruzada.*

3.10. A armazenagem de óleos usados deverá ser efetuada em local devidamente coberto e impermeabilizado devendo ser previsto que, em caso de derrame, não serão efetuadas operações de lavagens, e, quando necessário, a limpeza de pavimento das águas contaminadas, pelo facto de terem entrado em contacto com resíduos, deverão ocorrer a seco, com utilização de absorventes sólidos seguindo-se um processo de varredura, e recolhidos para posterior tratamento.

3.11. Os óleos usados devem ser armazenados em reservatórios separados, relativamente a outros resíduos, nomeadamente resíduos facilmente inflamáveis. Os óleos usados devem ser

(O presente Alvará de Licença só pode ser reproduzido no seu todo (14 páginas))

armazenados de forma que não seja possível a sua contaminação, nomeadamente por água ou poeiras.

- 3.12. Os óleos usados devem ser armazenados de forma que seja possível , em qualquer altura, detetar derrames e fugas.
- 3.13. Deve ser assegurada a adequada ventilação do local de armazenagem temporária. O sistema de ventilação deverá ser dimensionado de forma a impedir a acumulação de gases inflamáveis em concentrações suscetíveis de causar danos para a saúde humana e para o ambiente, devendo ser considerados os quantitativos máximos de óleos usados armazenados, bem como as características do local.
- 3.14. Os reservatórios ou embalagens utilizados na armazenagem de óleos usados devem estar em boas condições, não apresentando sinais de enferrujamento severo nem exibindo sinais de deterioração, defeitos estruturais, ou fugas visíveis.
- 3.15. O local destinado à armazenagem de óleos usados deverá estar devidamente identificado. Todos os locais de acesso devem ostentar avisos relativos à proibição de fumar, atear fogo ou utilizar equipamentos suscetíveis de provocar faíscas ou calor.
- 3.16. A operação de gestão de resíduos perigosos deverá ser realizada em conformidade com os procedimentos estabelecidos no “Regulamento das Unidades de Gestão de Resíduos Perigosos”, aprovado, por despacho de 10.12.2009 do Diretor-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, ao abrigo do artigo 11º do Decreto-Lei nº 178/06 de 5/9 e disponibilizado em <http://www.apambiente.pt/destaques/paginas/regulamentodasunidadesdegestaoderesiduosperigosos.aspx>
- 3.17. Todos os resíduos perigosos, ou os que possuem componentes perigosos, terão que ser armazenados em área coberta, devidamente vedada e impermeabilizada, acondicionados em caixas/reservatórios estanques, cujo material constituinte não reaja com os líquidos que possam ser derramados pelos resíduos.

- 3.18. Tendo em consideração que a operação de armazenamento de resíduos perigosos é uma fase transitória do seu tratamento, nenhum destes resíduos deverá permanecer armazenado na instalação por mais de um ano.
- 3.8. Relativamente aos pneus usados originados no estabelecimento, deverá ser dado cumprimento às disposições do Decreto-lei n.º 111/2001 de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo artigo 6º do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho e Decreto-lei nº 43/2004 de 2 de março.
- 3.9. Os pneus usados não podem ser armazenados misturados com outros resíduos ou materiais e devem cumprir os seguintes requisitos de armazenagem:
1. a instalação deve ser protegida de ações adversas externas de modo a impedir a dispersão dos pneus armazenados e a nidificação de insetos e roedores;
 2. o armazenamento quando efetuado em filas, deverá ser dividido em ruas possibilitando isolar áreas que originaram incidentes ou acidentes;
 3. as pilhas de pneus usados devem ter no máximo 6 metros de altura, 76 metros de comprimento e 15 metros de largura; devem ser dispostas de modo a evitar possíveis danos às pessoas alocadas à instalação;
 4. as pilhas de pneus deverão estar arrumados de forma a permitir a circulação entre si e em relação às paredes da instalação, bem como permitir o acesso de equipamento e veículos de emergência.
- 3.10. A operação de gestão de resíduos perigosos deverá ser realizada em conformidade com os procedimentos estabelecidos no “Regulamento das Unidades de Gestão de Resíduos Perigosos”, aprovado, por despacho de 10.12.2009 do Diretor-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, ao abrigo do artigo 11º do Decreto-lei nº 178/06 de 5 de setembro e disponibilizado em <http://www.apambiente.pt/destaques/paginas/regulamentodasunidadesdegestaoderesiduosperigosos.aspx>



- 3.11. Todos os resíduos perigosos, ou os que possuem componentes perigosos, terão que ser armazenados em área coberta, devidamente vedada e impermeabilizada, acondicionados em caixas estanques, cujo material constituinte não reaja com os líquidos que possam ser derramados pelos resíduos.
- 3.12. Os locais de armazenagem de resíduos perigosos deverão ser separados fisicamente dos dedicados aos resíduos não perigosos.
- 3.12. Tendo em consideração que a operação de armazenamento de resíduos perigosos é uma fase transitória do seu tratamento, nenhum destes resíduos deverá permanecer armazenado na instalação por mais de um ano.

4. Condições gerais

- 4.1. O titular desta licença compromete-se a realizar a operação de gestão de resíduos sem pôr em perigo a saúde humana e o ambiente, e a respeitar os princípios estabelecidos no Título I, do Anexo II, do Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho, que lhe sejam aplicáveis.
- 4.2. O titular desta licença compromete-se a implementar as normas técnicas aplicáveis à gestão dos resíduos objeto desta licença, nomeadamente, as previstas nos art.º 20º a 22º-A, do Anexo II, Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho.
- 4.3. O titular desta licença é ainda responsável pelo cumprimento de toda a legislação aplicável à presente actividade de gestão de resíduos, nomeadamente, em matéria de ambiente e de higiene, saúde e segurança no trabalho, sem prejuízo do cumprimento de todas as condições que venham a ser impostas, em qualquer momento, pela CCDR-N ou por outras entidades no âmbito das suas competências.
- 4.4. A operação de gestão de resíduos deverá ser sempre realizada sob a direção de um responsável técnico, o qual deve deter as habilitações profissionais para o efeito, de acordo com o artigo 20º,

do Anexo II, do Decreto-lei nº 73/2011, de 17 de junho. Deverá ser sempre comunicado a esta Comissão a alteração do técnico responsável pela operação de gestão de resíduos.

- 4.5. O transporte de resíduos em território nacional deverá ser efetuado de acordo com as disposições da Portaria nº 335/97, de 16 de maio. O transporte deverá ser sempre acompanhado das respetivas guias modelo nº 1428 da Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- 4.6. Na situação de importação e/ou encaminhamento dos resíduos para instalações, devidamente legalizadas, no estrangeiro, deverá ser dado cumprimento ao Decreto-lei nº 45/2008, de 11 de março, e respectivas alterações explanadas no Decreto-lei nº 23/2013, de 15 de fevereiro, que asseguram a execução e garantem o cumprimento do estabelecido no Regulamento (CEE) nº 1013/2006, do Conselho, de 14 de junho, relativo à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos no interior, à entrada e à saída da Comunidade.
- 4.7. O transporte de resíduos deve respeitar a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas por estrada, aprovado pelo Decreto-lei nº 41-A/2010, de 29 de abril e pela Declaração de Retificação nº 18/2010, de 28 de junho.
- 4.8. O titular desta licença deverá estabelecer o registo de cargas de resíduos recusadas, incluindo a informação relativa ao motivo da recusa, origem e classificação dos resíduos, de acordo com a Portaria nº 209/2004, de 3 de março, número da respetiva guia de acompanhamento, identificação do transportador, bem como outras informações consideradas relevantes.
- 4.9. Deverão ser adotados procedimentos de receção de resíduos com a definição de critérios de admissibilidade de resíduos na instalação, designadamente em termos das suas características de perigosidade e condições de acondicionamento.
- 4.10. Nos termos da Portaria nº 1408/2006, de 18 de novembro, o titular desta licença deverá preencher anualmente os mapas integrados de registo de resíduos, nos termos do estabelecido no nº 2 do artigo 49-B do Anexo II, do Decreto-lei nº 73/2011, de 17 de junho.

- 4.11. Os resíduos gerados na instalação não poderão ser armazenados no local de produção, por um período superior a um ano, sem autorização para tal, de acordo com o artigo 32º, do Anexo II, do Decreto-lei n.º73/2011, de 17 de junho.
- 4.12. O abastecimento de água à unidade é garantido pela rede pública de abastecimento.
- 4.13. As águas residuais domésticas, bem como as resultantes da instalação em causa são conduzidas para tratamento em separador de hidrocarbonetos e posteriormente encaminhadas para reservatório estanque, antes de serem enviadas para a Estação de Tratamento de Lixiviados (ETAL) do Aterro Sanitário da Braval. O destino final dos efluentes gerados é uma estação de Tratamento de Águas Residuais do concelho de Braga.
- 4.14. Deve existir em arquivo nas instalações um dossier com um processo devidamente organizado e atualizado referente ao licenciamento da operação de gestão de resíduos, devendo nele estarem incluídos todos os elementos relevantes. Sempre que solicitado pela Entidades com competências de fiscalização, o dossier em questão deverá ser disponibilizado.
- 4.15. O titular desta licença deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras Entidades.
- 4.16. O objeto da licença fica sujeito à fiscalização e inspeção das autoridades competentes, obrigando-se o titular da licença a facultar o livre acesso aos agentes dessas autoridades e a fornecer todas as informações necessárias ao desempenho das funções de inspeção e fiscalização.
- 4.17. Da inobservância de qualquer das condições impostas resulta a caducidade imediata desta licença, conforme o estipulado no n.º3 e 4, do artigo 38º, bem como no n.º1 e 2, do artigo 39º do Anexo II do Decreto-lei n.º73/2011, de 17 de junho.
- 4.18. Os litígios que surjam relativamente a esta licença serão resolvidos pelos Tribunais Portugueses.
- 4.19. Em caso de ocorrência de qualquer situação suscetível de gerar efeitos adversos sobre a saúde humana e/ou ambiente, o operador deve notificar a CCDRN desse facto, tão rapidamente quanto possível e no prazo máximo de 24 horas após a ocorrência.

4.20. A paragem de laboração da instalação ou de partes desta deve ser efetuada de forma segura tanto para a saúde humana como para o ambiente em todas as suas componentes/descriptores, eliminando focos de potenciais emergências a estes níveis.

4.21. Em caso de cessação da atividade de operação de gestão de resíduos, deverá ser apresentado à CCDRN um pedido de renúncia instruído com a documentação necessária, de modo a evidenciar que a cessação da atividade não produzirá qualquer passivo ambiental, de acordo com o artigo 40º do Anexo II do Decreto-lei n.º73/2011 de 17 de junho.

A Diretora de Serviços de Ambiente


(Paula Pinto)